



# Maré Vermelha: Contaminação, conflitos, discursos, ciência e ditadura.

Ramsés Mikalauscas Farherr <sup>a</sup>

<sup>a</sup> *Universidade Federal do Rio Grande, Brasil, [ramses\\_mf@live.com](mailto:ramses_mf@live.com)*

**RESUMO:** O decorrente artigo irá inicialmente contextualizar e descrever um caso de contaminação costeira, marítima e atmosférica no Balneário Hermenegildo, na virada do mês de março para abril de 1978 que gerou controvérsias sobre o motivo gerador – antropogênico ou natural, que ficou conhecido popularmente como “Maré Vermelha”. Em seguida analisaremos alguns discursos controversos decorrentes dele. Por fim traremos algumas reflexões a partir da sociologia da ciência de Pierre Bourdieu sobre o uso social da ciência, partindo desse caso específico para pensarmos sua serventia e os conflitos pelo seu poder de produzir e legitimar “verdades” na contemporaneidade.

**PALABRAS-CHAVE:** Contaminação, marítima, controversias, discursos, ciência, conflitos.

## 1 INTRODUÇÃO

Sobre o tema existem pouquíssimos trabalhos e pesquisas atuais. Sendo parte da problemática da dissertação de mestrado desse autor, um primeiro ensaio a partir de perspectiva de caráter histórico-ambiental, utilizado a análise do discurso, foi realizada por esse no X Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental (EDEA) na Universidade Federal do Rio Grande (Farrher e Ferreira, 2018), o qual serviu de subsídio para o presente trabalho que traz como novidade a problematização dos usos sociais da ciências e a construção do objeto científico, tendo por base os discursos das Universidades nesse evento contaminante específico.

A chamada Maré Vermelha, trouxe à tona não somente discursos conflitivos, mas uma disputa entre diferentes pesquisadores, narrativas, laboratórios, áreas e universidades. Entretanto, o contexto para a crítica ou a dúvida não era nada favorável: Estávamos em plena ditadura militar, com direitos como o livre pensar, a liberdade de expressão e manifestação completamente extintos. A partir desse evento contaminante envolvendo diferentes atores com diferentes interesses, pertencentes as mais variadas áreas da sociedade, com seus discursos determinados por elas, pensaremos como se modelaram os discursos, a partir de quais relações de poder e interesse, para enfim refletir sobre o grau relativo de autonomia da universidade, frente a pressões externas, e como esas podem se apropriar do capital intelectual e legitimador de vereditos científicos das instituições de ensino superior e pesquisa.

## 2 CONTEXTO, RELAÇÕES E DISCURSOS

### 2.1 *Contextos e relações*

Foi graças à chamada “Maré Vermelha” que o movimento ambientalista gaúcho ganhou uma impulsão nacional e internacional ao colocar em xeque a versão oficial sobre os reais fatores causadores desse evento contaminante e chamarem atenção da sociedade e conseqüentemente da

mídia, que por sua vez, fez uma ampla cobertura sobre o caso. A versão oficial, sustentada pelos militares, laboratórios dos EUA e alguns setores de com muita influência da Universidade Federal de Rio Grande, apontava se tratar de um fenômeno de origem natural. Em contraponto, do outro lado da mesa, sustentando tratar-se de um fenômenos antrópico, o atores identificados até o momento, foram os ambientalistas da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN) e o grupo de toxicologia da UFPel (Universidade Federal de Pelotas).

O dissenso teve sua origem seis anos antes, em 1972. Naquele ano, o navio Taquari, da empresa *Lloyd Brasileiro*, realizando sua viagem inaugural, tendo partido dos EUA em direção a Buenos Aires, recém-construído e por isso detentor de tecnologia de ponta, veio a encalhar em uma situação igualmente contraditória e não resolvida até os dias de hoje: tratava-se de uma noite limpa, de mar calmo, muito próximo de um farol, com uma tripulação bastante experiente. O encalhe se deu nos Islotes de Cabo Polônio, um lugar bastante conhecido pelos navegantes. Uma das mais fortes hipóteses defendia que o encalhe teria sido proposital visando o seguro milionário da embarcação. Segundo Elenita Pereira (2009), a contaminação atingiu em diferentes níveis de Punta del Este até Tramandaí, tendo no balneario Hermenegildo, devido as correntes e ventos favoráveis, seu ponto crítico de contaminação.

Algumas relações e interesses podem nos indicar como e por que determinadas escolhas, determinadas narrativas e determinados vereditos científicos e políticos se consolidaram enquanto versões oficiais. Foquemos sobretudo em um ator: Golbery de Couto e Silva. Nascido em Rio Grande, um dos mentores da Doutrina de Segurança Nacional e sendo um dos principais criadores do Serviço Nacional de Informação (SNI), realizou intensos *lobbies* para a cidade. Gozando de um prestígio notável entre o mais alto escalão militar, Golbery foi o principal responsável por fundar a Universidade Federal do Rio Grande. Como nos mostra Leandro Braz da Costa (2011):

Ainda merece ser destacada nessa conjuntura de legitimação, a atuação de uma das figuras mais ilustres da cidade, porta-voz dos anseios da população riograndina, que gozava de grande influência no círculo do poder militar. Conforme entrevista cedida por um oficial da reserva, Golbery do Couto e Silva participava ativamente do planejamento e execução dos projetos municipais. O oficial também afirmou que Golbery enviava com frequência grandes remessas de dinheiro para Prefeitura Municipal; “era só pedir que o dinheiro chegava, às vezes demorava um pouquinho, mas sempre chegava”. (Costa, 2011, p.6).

Golbery, em 1972, ano do encalhe do Taquari na costa uruguaia, era nada menos que vice-diretor da empresa *Dow Chemical* no Brasil, empresa essa responsável pela carga tóxica da embarcação. Enquanto que em 1978, no ano da suposta maré vermelha e do naufrágio efetivo do Taquari, Golbery ocupava o cargo de Chefe do Gabinete Civil da Presidência (Gonzatto, s.f.). Essas ligações de Golbery somadas a ao seu poder e influência implacáveis dentro do Estado - de exceção – nos dão uma ideia do que representaria um *lobby* ou até mesmo mais explicitamente uma intimidação (fato bastante usual nas ditaduras latino-americanas) para distorcer certos fatos objetivando defender seus interesses, é de se pensar, sempre com contrapartidas.

### 2.1.1 *Discursos*

Retomando o foco na contaminação, assinaleremos outro problema: o real conteúdo da carga do Taquari. Esses discursos já foram trabalhados em um artigo anterior do autor, e agora adaptados para esse (Farrher e Ferreira, 2018).

O doutor em Oceanografia Biológica, Norton Gianuca, diretor do Centro de Pesquisas Oceanográficas da FURG na época e defensor da hipótese antrópica, alegava que o navio transportava pelo menos 14 toneladas de agrotóxicos. Já no jornal carioca “Jornal do Brasil”, do dia 21 de abril de 1978, consta que o comerciante Uruguaio Joaquim de Castro havia recebido o registro de



Asociación de Universidades  
GRUPO MONTEVIDEO



25 SET  
al  
27 2019  
Montevideo

II CONGRESO DE AGUA  
AMBIENTE Y ENERGÍA  
AUGM



UNIVERSIDAD  
DE LA REPUBLICA  
URUGUAY

carga do Taquari através do Ministério da defesa do seu país, para tentar resgatá-las no período em que o navio ainda estava encalhado. No decreto 630/74 constava que entre os inúmeros objetos a serem recuperados encontrava-se a carga de mercúrio, contrariando a posição oficial. Nesse mesmo jornal ainda consta as observações do professor e na época vice-presidente do Centro de Estudos de Toxicologia do Rio Grande do Sul, vinculado a Universidade Federal de Pelotas, Milton Guerra, que afirmava que em todas as análises laboratoriais da água do mar detectou-se a presença de Isotiocianato de metila, um herbicida, fungicida e nematicida produzido pela empresa *Dow Chemical*.

Não demorou para que as teses que apontavam uma carga altamente tóxica fossem contestadas pelos agentes do Estado. O assessor de imprensa do Ministério da Saúde, Aibal Ribeiro, negou a existência de qualquer produto à base de mercúrio, alegando que o navio transportava sete toneladas de Propileno e outras sete de Elilenime, (Jornal do Brasil, 21/04/1978, p.23). Na mesma linha seguiu Ministro da Saúde do regime militar da época, Paulo Almeida Machado. Antes de qualquer pesquisa aprofundada já defendia se tratar de um fenômeno natural, argumentando que havia “97% de probabilidade de ser maré vermelha” mesmo admitindo que os resultados das análises dos laboratórios estavam longe de terem uma resolução (Jornal do Brasil, 21/04/1978, p.23). A tese seria reiterada posteriormente através da análise em um laboratório Norte-Americano (Centro de Doenças Transmissíveis de Atlanta), mesmo país que sediava a empresa responsável pela carga química, *Dow Chemical* (Estadão, 08/06/78, p.22). Enquanto que em uma recente entrevista, o agora deputado Jair Soares que ocupava o cargo de Secretário Estadual da Saúde no ano do acontecimento, revelou que orientou os técnicos a omitirem informações, pois segundo ele, considerar a hipótese antropogênica, isto é, admitir a influência ou causa-mór da carga química do Taquari na maré vermelha, poderia causar um grande alvoroço social (Rio Grande do Sul, 2005).

Se colocarmos o discurso de Almeida Machado frente ao de Jair Soares, ambos alinhados ao discurso naturalista oficial (oficial por ter como expoente o Estado, universidade e multinacional), veremos emergir a contradição e podemos, por agora, lançar algumas perguntas sobre o caso. Se dados foram omitidos pra evitar críticas e questionamentos, será que os mesmos dados foram omitidos ao se produzir a tese do laboratório norte americano ou os demais encomendados pelo governo? Ou este decidiu omitir informações no seu relatório final? A recusa da FURG em realizar novas pesquisas sobre o caso, seria fruto, consequência ou continuidade da omissão dos dados? O fato da UFPEL não ter relações com Golbery, teria a livrado de uma pressão externa e levado a defender a tese antrópica?

Outra hipótese é a influencia da ditadura militar brasileira sobre as pesquisas e pesquisadores: Em uma reunião realizada no dia 20 de abril de 1978 entre o Ministro Paulo Almeida Machado o Secretário da Saúde Jair Soares e a equipe do Centro de Estudos de Toxicologia do Rio Grande do Sul, o professor e vice-presidente daquele centro, Milton Guerra, chegou a cogitar abandonar suas pesquisas devido à atmosfera “pouco amigável” em que foram tratados na reunião (Jornal do Brasil, 22/04/1978, p.15). Já Gastão Gisler que ocupava o cargo de analista químico do Centro de Estudos Toxicológicos do Rio Grande do Sul, apesar de apontar a presença de Isotiocianato de metila e afrontar a narrativa dos ministros, disse no mesmo tom intimidado, quiçá com alguma ironia subjacente: “Não queremos comprar briga nem polemizar com as autoridades. [...] O trabalho do técnico é silencioso e deve ficar preso no silêncio dos laboratórios” (Jornal do Brasil, 25/04/1978, p.8). Se acrescentarmos a essas questões o fato de que evidências científicas de ambientalistas e cientistas que acusavam o fator antropogênico não foram se quer levados em consideração, como denunciaram diversos cientistas e pesquisadores na época, entre eles a bióloga Zulánira Meyer Rosa, da Fundação Zoobotânica na audiência pública de 16 de abril de 1998 (Rio Grande do Sul, 1998), temos então a hipótese da falta de consenso a a imposição da tese natura-

listaverificando-se como um estratagema consciente que parece apostar no esquecimento para evitar a incriminação.

Ora, se como argumenta Eni Orlandi, os discursos e seus significados são influenciados e se constroem “em relação ao dizer com sua exterioridade, suas condições de produção” (Orlandi, 2005, p.30), e que “os sentidos resultam das relações” (Orlandi, 2005, p.39), um contexto ditatorial tem a plena capacidade, e quiçá dever, pelo seu próprio *modus operandis*, de forjar e determinar não só discursos, mas principalmente não-discursos, silêncios condescendentes. Um das nossas hipótese orbita em torno dessa perspectiva, ou seja, que os discursos naturalistas, oficiais (no sentido de serem produzidos pelos grupos hegemônicos, amparados pelo sistema repressivo militar), foram forjados, consciente ou inconscientemente, visto que “o modo como o sujeito ocupa o seu lugar, enquanto posição, não lhe é acessível, ele não tem acesso direto à exterioridade (interdiscurso) que o constitui” (Orlandi, 2005, p.49), pela existência de uma conjuntura hostil, vezes explícita, vezes dissimulada. Sustentamos, portanto, que a construção das narrativas e das pesquisas que defendiam o fator natural, presumivelmente influenciadas pela conjuntura hostil e repressiva, podem ter sido capital para a consolidação de uma fixa irresolução visando proteger determinados setores de interesse, grupos e pessoas.

Outros elementos se somam dentro da nossa hipótese, fundamentando-a de maneira mais sólida. Primeiro a posição tomada pelo Brasil Conferência de Estocolmo, 1972, onde os militares obcecados pelo desenvolvimentismo a qualquer custo, afirmaram que “a poluição ambiental seria o preço pago pelo progresso” (Reigota, 1994, p.14). Segundo que a relação entre os setores da Universidade Federal do Rio Grande que emitiram pareceres favoráveis à tese de fenômeno natural, deviam em grande medida seus recursos de funcionamento ao *lobbie* já comentado e exposto de Golbery do Couto e Silva, peça-chave da ditadura militar brasileira, e da constituição daquela universidade criando-se assim uma provável dependência que como contrapartida estabelecia certas trocas de favor.

É justamente a fim de pensarmos a respeito desse último aspecto, o papel desempenhado pela ciência - em benefício de quem, como, em troca de quais impactos socioambientais e a construção do objeto científico legítimo ou não – que iremos realizar algumas reflexões a partir da sociologia da ciência de Pierre Bourdieu.

### 3 CIÊNCIA, SOCIEDADE E POLÍTICA: AS DISPUTAS DE LEGITIMIDADE

Embora a ciência - entendida aqui no conceito bourdieusiano de campo - em contínua disputa, dentro de determinada sociedade, goze de certa autonomia frente às pressões externas, suas estruturas e seus agentes não estão imunes as mais diversas pressões de diferentes interesses político-sociais

A sociologia da ciência baseia-se no postulado de que a verdade do produto – mesmo desse produto particular que é a verdade científica – reside numa espécie particular de condições sociais de produção, num estado determinado da estrutura e do funcionamento do campo científico. O universo “puro” da mais “pura” ciência é um campo social como outro qualquer, com suas relações de força, monopólios, lutas e estratégias, interesses e lucros, mas no qual todas essas invariantes assumem formas específicas (Bourdieu, 2003 p.112).

Essas formas específicas que tomam os diferentes campos relegam a eles diferentes tratamentos conferidos internamente (academia) e externamente (política, sociedade, economia) na construção do objeto científico, que variam conforme o grande campo de conhecimento que dele se apropria, não necessariamente cobiçando o monopólio, mas jogando outros olhares em seus pro-



Asociación de Universidades  
GRUPO MONTEVIDEO



UNIVERSIDAD  
DE LA REPUBLICA  
URUGUAY

blemas, propondo novos métodos e teorias para compreendê-lo e descrevê-lo a partir de uma ótica epistemológica diferenciada. Entretanto:

[...] enquanto a classe dominante concede as ciências da natureza uma autonomia que se mede pelo seu grau de interesse nas aplicações das técnicas científicas à economia, mas nada tem a esperar das ciências sociais, a não ser, no melhor dos casos, uma contribuição particularmente preciosa na legitimação da ordem estabelecida e um reforço do arsenal dos instrumentos simbólicos de dominação. [...] o que está em jogo na luta interna pela autoridade científica no campo das ciências sociais (o poder de produzir, impor e inculcar a representação legítima do mundo social) é o que está em jogo entre as classes no campo da política. (Bourdieu, 2003, p.136)

Ora, se há uma hierarquia velada na legitimação da construção do objeto científico a depender tanto do capital científico que possui certa área ou do prestígio individual do pesquisador que o conduz, isso se reflete diretamente na legitimação ou não das hipóteses e teses sobre determinado problema, e em última instância, da própria capacidade daquela área e seus instrumentos em abordar de maneira “científica” e não apenas especulativa e por isso “anticientífica”, aquele tema. E se há, como defende Bourdieu, uma relativa interação estrutural entre a luta interna da autoridade científica e entre as classes no campo da política, podemos deduzir que ambos os campos – o da ordem científica e da ordem além-ciência, político e socioeconômico – são influenciados em certa medida um pelo outro. Nesse sentido:

Um dos problemas conexos será, evidentemente, o de saber qual é a natureza das pressões externas, a forma sob a qual elas se exercem, créditos, ordens, instruções, contratos, e sob quais formas se manifestam as resistências que caracterizam a autonomia, isto é, quais são os mecanismos que o microcosmo aciona para se libertar dessas imposições externas e ter condições de reconhecer apenas suas próprias determinações internas (Bourdieu, 2004, p.21).

Dito isso, e por fim, podemos pensar que as pressões externas são bastante dinâmicas e constituídas pelas idiossincrasias de cada sociedade específica. Tratando-se de uma ditadura militar com todas suas características coercitivas atuantes em diferentes esferas, existe uma grande probabilidade, vis o longo histórico de cerceamento e coação desses regimes para com as universidades, de que tais pressões sejam muito mais intensas e com resultados materiais e imateriais muito mais imediatos e estáveis, pela própria impossibilidade de questioná-los. Isso nos leva a último hipótese: a tentativa de descrever na tese antropogênica ou defender a tese natural, se dá pela existência de interesses implícitos em não penalizar, nesse caso, uma empresa privada. Por conseguinte, subjaz à isso o bem conhecido conluio entre Estado, ciência e mercado, a fim de manter determinados interesses mercadológicos legitimado por uma ciência legítima – e tida como legítima somente na medida em que usa seu poder de fabricar verdades em prol dos interesses que à ela tragam algum tipo de benesse.

#### 4 CONCLUSÃO

A ciência, ao contrário do que o positivismo sustenta, não é nem nunca será um campo neutro. Os seus antigos e atuais usos sóciopolíticos para legitimar ou repudiar determinados acontecimentos, demandas, discursos ou causas é a prova disso, como expomos com nosso caso de contaminação e alguns discursos sucitados por ele, bem como sustentamos em nossas hipóteses. Em uma democracia cada vez mais assediada pelo antropofágico mercado, o seu uso para satisfazer

certos interesses concomitante à desmoralização de certas áreas de conhecimento que justamente tem a função de questionar sua serventia, meio e fins, somos postos na dura e incesante tarefa da auto-crítica enquanto cientistas que constituem seu campo para determinados usos sociais, sempre sob a sombra cada vez mais alastrada e coercitiva do mercado e dos interesses privados.

Esperamos que a breve reflexão levada a cabo nesse artigo possa despertar novas propostas de possíveis horizontes espietemológicos e novas utopias sociais, científicas, ambientais, políticas e econômicas.

## 5 AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente pelo financiamento da CAPES sem o qual essa pesquisa não seria possível. Em seguida aos colegas da FURG e do Observatório dos Conflitos Socioambientais do Extremo Sul do Brasil.

## 6 REFERÊNCIAS

Bourdieu, P. (2003). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. Renato Ortiz (org.). São Paulo: Olho d'água.

Bourdieu, P. (2004). *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Tradução Denice Barbara Catani. São Paulo: UNESP.

Estadão (08 de junho de 1978). *Confirmado nos EUA Tese de Maré Vermelha*. Recuperado de: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Farherr, R. e Ferreira, G. (2018). Antrópico ou natural? Uma reflexão a partir dos discursos naturalistas produzidos sobre o caso de contaminação costeiro-marítima do Balneário Hermenegildo. *RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, V. 04, 1-14. e-ISSN: 2525-7870.

Gonzatto, M.(?). Maré Vermelha, mistério em Hemenegildo. Os maiores desastres ambientais do RS. Zero Hora. Recuperado de: <http://especiais.zh.clicrbs.com.br/especiais/desastres-ambientais/mare-vermelha.html>.

Costa, L.B. (2011). A cidade do Rio Grande ao longo da década de 1970: Desenvolvimento econômico, vigilância e repressão em Área de Segurança Nacional. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo.

Jornal do Brasil. (21, 22, 23, 25 e 27 de abril de 1978). Recuperado de: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Orlandi, E.P. (2005). *Análise do discurso: Princípios e procedimentos*. Campinas. SP: Pontes, 6ª edição..

Pereira, E.A. (2009). A árvore da João Pessoa e a Operação Hermenegildo: dois episódios de resistência do movimento ambientalista gaúcho. In: *VII Mostra de Pesquisa do APERS. Produzindo História a partir de fontes primárias*. Porto Alegre: CORAG.

Reigota, M. (1994). *O que é educação ambiental*. São Paulo: Brasiliense.

Rio Grande do Sul. Diário da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 16 de abril de 1998. Recuperado de: [http://www.al.rs.gov.br/diario/diarios\\_antecedentes/da980416.htm](http://www.al.rs.gov.br/diario/diarios_antecedentes/da980416.htm).